

ARTIGO LIVRE

Estrangeiros nas Forças Armadas italianas durante a Segunda Guerra Mundial: um “modelo fascista” de recrutamento?

Foreigners in the Italian armed forces during World War II: a “fascist model” of recruitment?

Joao Fabio Bertonha

Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, Brasil.

RESUMO: Durante a Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas italianas incorporaram um número razoável de homens sem a cidadania italianas, especialmente italianos étnicos e cidadãos de países ocupados pela Itália, assim como emigrantes retornados do exterior. O presente artigo visa apresentar o sistema pelo qual estes estrangeiros ou emigrantes acabaram participando do esforço de guerra italiano, suas motivações e a do Estado italiano. Uma especial ênfase é dedicada às especificidades do sistema fascista (especialmente à divisão dos estrangeiros entre o Exército regular e a milícia fascista), de forma a rediscutirmos a contraposição entre o Estado e o partido fascista, tema clássico e ainda fundamental para o entendimento da natureza do regime fascista.

PALAVRAS-CHAVE: Regio Esercito; Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale; voluntariado; estrangeiros; italiani all'estero.

ABSTRACT: During World War II, the Italian armed forces incorporated a fair number of men without Italian citizenship, especially ethnic Italians and citizens of countries occupied by Italy, as well as Italians emigrants coming home from abroad. The present article aims to present the system by which these foreigners or emigrants ended up participating in the Italian war effort, their motivations and that of the Italian state. A special emphasis is dedicated to the specificities of the fascist system (especially the division of the foreigners between the regular Army and the fascist Militia), to rediscuss the contraposition between the Italian State and the fascist party, a classical theme to the historiography but still fundamental for the understanding of the nature of the Fascist regime.

KEYWORDS: Regio Esercito; Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale; volunteering; foreigners; italiani all'estero.

*E-mail: fabiobertonha@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5194-5632>

DOI: 10.22456/1983-201X.123080
Anos 90, Porto Alegre, v. 30 – e2023002 – 2023

 Este é um artigo Open Access sob a licença CC BY

Introdução

A presença de estrangeiros nas Forças Armadas de outros Estados é algo comum na história. Seja por dinheiro, por compartilharem uma identidade comum, habitualmente religiosa ou política, ou por ordem de seus respectivos Estados, esse tipo de alistamento está presente desde a Antiguidade. Mesmo após a Revolução Francesa, quando o soldado-cidadão se tornou a norma, continuaram a existir mercenários, voluntários, soldados profissionais, tropas de tipo colonial e outras categorias de serviço militar (Kruger; Levsen, 2011; Grasmeyer, 2021).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o mesmo ocorreu. Voluntários de diversas nacionalidades se integraram às forças aliadas ou do Eixo por motivos ideológicos ou nacionalistas, assim como para dar conta de suas próprias agendas políticas. Ao mesmo tempo, unidades de tipo colonial foram extensivamente utilizadas pelos dois lados. Imigrantes ou minorias nacionais também foram mobilizados e utilizados em combate, assim como os emigrantes e seus filhos que viviam no exterior.

Dentre todas essas experiências, a alemã tem sido uma das mais estudadas desde 1945. Isso tanto pelo número expressivo de homens e nacionalidades envolvidas quanto porque existe um misticismo criado, especialmente na direita política, a respeito das “tropas estrangeiras” de Hitler. Como resultado do interesse do público geral e da Academia pelo tema, a produção historiográfica sobre os estrangeiros na *Waffen-SS* e na *Wehrmacht* é simplesmente descomunal, fora das possibilidades de manipulação por um único pesquisador.

A Itália fascista também recrutou estrangeiros para as suas Forças Armadas entre 1940 e 1945. Os estudos publicados a respeito dessa experiência, contudo, representam uma fração microscópica dos dedicados ao caso alemão. Isso é um problema, pois nos impede de verificar se havia efetivamente um “modelo fascista” de gerenciamento de voluntários e estrangeiros nas suas forças militares ou se o caso alemão foi tão específico a ponto de não admitir comparações com outras experiências.

Este artigo procura responder exatamente a essa pergunta: até que ponto a incorporação de estrangeiros nas forças militares por parte das potências do Eixo representou um diferencial frente àquela dos países Aliados? E, dentro do modelo fascista geral, haveria diferenças entre a perspectiva alemã e a italiana? Sendo esse o caso, seria possível, a partir dos modelos de incorporação de estrangeiros nas Forças Armadas, evidenciar diferenças entre as duas matrizes do fascismo, a alemã e a italiana?

Para dar conta dessas perguntas, o artigo se inicia com uma análise mais detalhada das várias experiências de recrutamento e voluntariado italianas de 1940 a 1945. Não será necessário fazer uma reconstrução factual detalhada de todas elas, já que ela já foi feita pela historiografia. É crucial, no entanto, ter em mente a diversidade das experiências de voluntariado e de recrutamento de estrangeiros na Itália fascista, pois é decompondo essas experiências gerais e específicas que teremos os elementos para discutir continuidades e mudanças. O tema dos italianos étnicos e a questão dos estrangeiros na milícia do partido fascista, a *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale* (MVSN), serão apresentadas em detalhe pela sua importância na discussão proposta.

O Regio Esercito e a presença de estrangeiros

Quantos estrangeiros lutaram sob a bandeira italiana durante os três anos em que a Itália participou ativamente do conflito, entre 1940 e 1943? Uma quantificação precisa é impossível, mas foram relativamente poucos: não passaram de uns 300 mil homens, cerca de 6% dos cerca de cinco milhões de italianos que serviram nesse período, dos quais quatro milhões no Exército, cerca de 400 mil na MVSN e o restante na Marinha e na Aeronáutica.

O grupo mais consistente era o das tropas coloniais na África, totalizando 260 mil homens em 1940, especialmente líbios, eritreus e etíopes. Sua função básica era a de fornecer efetivos para a ocupação do território líbio e da África Oriental italiana. Foram também utilizados como força de apoio nos conflitos com os britânicos em 1940-1943 (Quirico, 2002; Labanca, 2002).

O segundo grupo compreendia soldados utilizados para a ocupação dos territórios ocupados nos Balcãs, especialmente na antiga Iugoslávia. Essas unidades, em nível de batalhão ou regimento ou mesmo menores, eram utilizadas para o combate à guerrilha e para o controle do território e englobavam eslovenos, dálmatas, sérvios, montenegrinos e outros povos balcânicos; no total, seu efetivo giraria ao redor de 10 mil homens. Eles eram úteis pelo conhecimento que tinham do território e da cultura locais e davam suporte às ações do Exército e da MVSN para conter a insurgência. A sua motivação era tanto de ordem prática, para conseguir recursos ou a proteção dos italianos, quanto política, pois quase todos os voluntários pertenciam a grupos anticomunistas, que lutavam uma guerra civil em seus países em meio à ocupação alemã e italiana. No território soviético, os italianos também conseguiram os serviços de uma unidade de cossacos (Fabei, 2006; 2008, p. 120-242 e 262-269; Salimbeni, 2009).

O caso croata é mais complexo. Criado em 1941, o Estado Livre da Croácia era dependente da Itália e da Alemanha e procurava se equilibrar entre ambos, o que se refletiu na questão do voluntariado. Para a frente russa, os croatas organizaram uma legião de voluntários, os quais formaram um regimento, o 369º, incorporado a uma divisão regular alemã; cerca de cinco mil homens passaram pela unidade, praticamente destruída na batalha de Stalingrado. O objetivo do Estado croata ao enviar uma unidade de voluntários para a frente russa era o de cimentar os laços com os alemães, de forma a fortalecê-lo contra as ambições imperialistas da Itália, a qual já tinha anexado vários territórios croatas (Müller, 2012, p. 97; Yeomans, 2018).

O governo fascista pressionou o croata a criar uma unidade de voluntários que lutasse na frente russa sob o comando italiano, de forma a equilibrar a influência alemã, a Legião Croata, que se incorporou às forças italianas na Rússia. Com 1.092 homens e 34 oficiais, era, contudo, uma unidade muito inferior ao 369º regimento croata da *Wehrmacht* (para não mencionar as dezenas de milhares de croatas que combateram ao lado dos alemães nos Balcãs), o que indica que a prioridade croata era agradar aos alemães (Fabei, 2008, p. 243-262, Becherelli, 2012). As disputas de alemães e italianos pelas “suas” legiões croatas aparecem inclusive na documentação militar a respeito.¹

A competição com os nazistas também foi fator de importância para a decisão de constituir um batalhão indiano. Os alemães tinham contatos prévios com personagens importantes do nacionalismo indiano, como Chandra Bose, e formaram a Legião Indiana para fins de propaganda e possíveis ações de sabotagem e guerrilha na própria Índia. Os italianos então apoiaram Muhammad Shedai, que vivia exilado na Itália (onde tinha bons contatos dentro do regime), o qual ajudou na formação de um batalhão indiano a partir dos prisioneiros de guerra. Com cerca de 300 homens, revelou-se pouco confiável, tanto que se rebelou, em 10 de novembro de 1942, devido a boatos de que iria ser enviado para combater na África, sendo dissolvido no início de 1943 (Fabei, 2008, p. 80-119).

Ainda sobre o batalhão indiano, é válido registrar como os militares italianos avaliaram o seu fracasso, o qual foi atribuído tanto a Muhammad Shedai como aos indianos em si. O primeiro os teria iludido que o batalhão seria apenas uma unidade de propaganda, que não veria combate na África, além de ser pouco capaz na tarefa de mobilizá-los e discipliná-los. Os próprios indianos não teriam capacidade de combate ou disciplina, já que 85% dos aprisionados pelos italianos, normalmente oriundos dos serviços auxiliares das divisões indianas, eram hindus, enquanto o Exército da Índia britânico preferia recrutar majoritariamente os muçulmanos, muito mais eficientes em combate.² De uma certa forma, repetia-se aqui a visão positiva que os fascistas italianos (e também os nazistas) tinham do Islã como uma religião de guerreiros.

A Itália já utilizava muçulmanos eritreus e líbios nas suas forças coloniais e manteve, por muito tempo, uma política de aproximação com lideranças nacionalistas árabes, especialmente no Norte da África e no Oriente Médio, as quais ela esperava utilizar para derrubar os impérios coloniais britânico e francês e estabelecer uma nova hegemonia italiana nessas regiões. Além disso, o mundo árabe era o espaço onde boa parte do esforço de guerra italiano se dava, especialmente entre a Tunísia e o Egito. Recrutar e selecionar soldados árabes para apoio ao Exército italiano, operações de sabotagem e espionagem e para alavancar as relações com os nacionalistas árabes fazia todo o sentido. Por fim, já que a Alemanha formou uma legião árabe para combater em suas forças, a Itália se sentiu pressionada a fazer o mesmo. Não espanta, assim, que os árabes fossem um dos grupos mais visados para os projetos italianos de forças estrangeiras na Segunda Guerra Mundial.

As propostas para a criação de uma legião árabe começaram já em 1941, vindas de militares e diplomatas com atuação no Oriente Médio. A derrota do regime pró-Eixo no Iraque e a fuga do Mufti de Jerusalém para Roma em outubro desse ano aceleraram os preparativos e o próprio Mufti começou a recrutar voluntários entre prisioneiros de guerra ou entre antigos nacionalistas árabes que viviam na Itália. Houve hesitações no governo italiano quanto à conveniência disso para a política árabe do fascismo, mas a competição alemã fez o projeto ir em frente.

Os italianos efetivamente se incomodaram, entre o final de 1942 e o início de 1943, com o rápido e eficaz recrutamento de árabes pelo Exército alemão. Não apenas um batalhão árabe com cerca de 500 homens que estava em treinamento na Alemanha foi levado para a Tunísia, como os alemães recrutaram indivíduos para serviços de apoio e reconhecimento naquele país. Em fevereiro de 1943, eles haviam criado também um regimento árabe-alemão com cerca de 3.500 homens e batalhões divididos por nacionalidades (marroquino, tunisino e argelino). Isso atrapalhava os planos italianos de fazer das unidades árabes um instrumento político e eles propuseram unir as suas unidades árabes com as alemãs, fortalecendo seu aliado, o Mufti de Jerusalém. Os alemães concordaram em princípio, mas preferiram avançar na criação de suas próprias unidades, dada a necessidade premente de tropas.³ Isso indica como os sonhos geopolíticos, alemães e italianos, influenciaram grandemente a própria concepção dessas unidades.

A partir de maio de 1942, os italianos reuniram voluntários vindos do Egito, Iraque, Palestina, Síria, Líbano, Sudão e Jordânia. Num primeiro momento, esses homens estavam destinados à ofensiva no Egito. A proposta era que os árabes a ela pertencentes seriam capazes de se mesclar com a população local e fazer contato com simpatizantes do Mufti de Jerusalém no Cairo, apoiando a invasão ítalo-alemã. Depois, quando da invasão americana no norte da África, se propôs que as forças árabes fossem usadas para bloquear as comunicações entre a Argélia e a Tunísia.⁴ Na mesma época, foram propostas ações de sabotagem por parte de *arditi* e paraquedistas, de forma a retardar o movimento das tropas anglo-americanas. A falta de equipamentos, especialmente caminhonetes adaptadas ao deserto, e de reconhecimento aéreo fez com que apenas algumas ações fossem efetivamente conduzidas, em fevereiro de 1943.

Ao final, a legião árabe italiana não conseguiu reunir mais do que uns poucos voluntários, com um efetivo máximo de 110 soldados. Enviada para a Tunísia em 1943, combateu como tropa regular, na divisão *Superga*, desaparecendo logo a seguir. Alguns indivíduos trabalharam como guias e tradutores para as tropas italianas e até serviram como força de apoio nas poucas operações especiais feitas pelos italianos na Argélia e na Tunísia,⁵ mas, em termos militares, a unidade foi uma clara decepção (Fabei, 2002; 2008, p. 7-79, Rainero, 2007; Vento, 2010).

O mesmo pode ser dito dos malteses. A Itália tinha ambições de anexar aquele território e, depois de 1940, começou a preparar forças anfíbias para o desembarque (que acabou nunca ocorrendo) na ilha. Eram unidades do Exército e da MVSN e nelas foram incluídos alguns italianos que residiam

em Malta e também alguns cidadãos malteses. Esses poucos malteses que se incorporaram às forças italianas também estão na zona de transição entre operações especiais e propaganda política. Sua existência devia ser a prova de que o povo maltês apoiava a invasão italiana e sua reintegração à Itália e, ao mesmo tempo, eles deveriam servir de guias e veículos de comunicação entre as tropas italianas e a população civil de Malta (Fabei, 2007; 2008, p. 270-310).

Para maior precisão, convém ressaltar como os voluntários árabes, indianos, malteses (e, como veremos a seguir, os italianos da Tunísia) foram enquadrados em uma unidade específica do Exército italiano destinada a ações de infiltração, sabotagem e coleta de inteligência: o *Raggruppamento Centri Militari*. Constituído oficialmente em 1941, era dividido em três centros.

O primeiro, chamado de Centro A, reunia os voluntários árabes e italianos que haviam vivido em países do Oriente Médio – como o Egito, a Argélia e o Marrocos –, enquanto o segundo, denominado Centro I, reunia os indianos. O Centro T, por sua vez, agrupava os italianos nascidos na Tunísia, enquanto o G, criado posteriormente, abrigava os irredentistas malteses. Em 1942, o nome do grupo foi alterado para *Raggruppamento Frece Rosse*, uma formação militar mais tradicional, mas a ênfase da unidade e dos Centros que a compunham continuou a ser operações especiais, sabotagem e propaganda (Fabei, 2008; Rainero, 2007; Vento, 2010).

Um caso particular foi, provavelmente, o da Albânia. Depois da ocupação italiana em 1939, se configurou a dominação absoluta do Estado italiano sobre o albanês e, igualmente, a criação de um partido fascista albanês integrado ao Partido Fascista italiano. As Forças Armadas albanesas passaram a ser parte das italianas, ao mesmo tempo em que a milícia fascista albanesa se integrava à italiana. Os albaneses não eram considerados cidadãos iguais aos italianos, mas também não eram súditos coloniais como na Etiópia, por exemplo. Os milhares de soldados albaneses que lutaram com os italianos (especialmente na própria Albânia, em ações antiguerrilha, mas também na Grécia) estariam, portanto, em um meio termo entre tropas coloniais e aliadas, em um modelo marcial que refletia a ambiguidade jurídica do reino da Albânia frente à Itália depois de 1939 (Crociani; Battistelli, 2001).

O aproveitamento de soldados estrangeiros por parte dos italianos foi, portanto, bastante reduzido. Se excetuarmos os albaneses e as tropas coloniais na África, tudo o que podemos elencar são os diversos batalhões e regimentos policiais ou auxiliares para ação nos Balcãs (e, em menor escala, na União Soviética) e umas poucas unidades de voluntários do Oriente Médio e da Índia que ficavam no meio do caminho entre forças especiais e mera propaganda.

As razões para essa pequena mobilização de estrangeiros foram tanto militares como políticas. Em termos militares, as necessidades de efetivo para o controle e a ocupação do território inimigo eram relativamente pequenas (essencialmente no antigo território iugoslavo, na Grécia e na França metropolitana), e as forças de infantaria italianas eram mais do que suficientes para a tarefa, sendo as tropas locais utilizadas principalmente por seu conhecimento do terreno. Nesse ponto, portanto, discordo de Elisabeth Grasmeder (2021), que sugere que o recrutamento de estrangeiros por parte do Exército italiano veio da sua falta de efetivos. Já em termos políticos, a Itália era claramente a sócia menor do Eixo e fazia mais sentido para os colaboracionistas de toda a Europa se aliarem ao sócio maior, a Alemanha, do que à Itália. Os estrangeiros foram utilizados, essencialmente, como unidades de propaganda ou para necessidades militares locais, sem adquirirem uma importância ou *status* maior.

Há, contudo, um outro fator a ser considerado se quisermos avaliar corretamente a colaboração dos estrangeiros ao esforço de guerra italiano, ou seja, os *italiani all'estero*, as comunidades italianas fora da Itália, espalhadas pela Europa, Américas e Oriente Médio, e cuja representatividade numérica – cerca de 10 milhões de pessoas em 1940 – significava uma reserva humana significativa que, se fosse acessada na íntegra, representaria um ganho substancial para o poder militar italiano.

Os italianos do exterior e as Forças Armadas italianas entre 1940 e 1943

Um cidadão italiano só recebia autorização para emigrar, habitualmente, depois de cumprir seu período de serviço militar na Itália e, mesmo no exterior, continuava sujeito a obrigações militares em tempo de guerra. Do mesmo modo, os filhos e netos de italianos eram considerados, pelo princípio do *jus sanguinis*, cidadãos italianos, também sujeitos ao serviço militar tanto em tempo de paz como de guerra. Em teoria, a Itália podia contar com o imenso *pool* de emigrados e seus descendentes para as necessidades militares do país.

Na prática, contudo, isso não funcionava perfeitamente. Muitos italianos emigravam clandestinamente justamente para evitar o serviço militar e, no exterior, o poder do Estado italiano para obrigá-los a retornar para casa em caso de necessidade era menor. Quanto aos italianos nascidos no exterior, o Estado italiano não tinha recursos para pagar as despesas de transporte, pelo que a maioria, especialmente os residentes na América, era simplesmente dispensada do serviço militar inicial. Além disso, tendo nascido fora da Itália, eles tinham, na maioria dos casos, a cidadania dos seus países de nascimento e não se preocupavam em realizar os procedimentos necessários para terem a sua cidadania italiana reconhecida, incluindo o registro para o serviço militar. Além disso, a esmagadora maioria dos *oriundi* já estava assimilada, especialmente nas Américas, pelo que as pressões sociais para que eles lutassem pela Itália em época de guerra tinham cada vez menos resultado com o passar do tempo.

Isso não significa, contudo, que os italianos do exterior não apoiassem a Itália em suas guerras. Na primeira Guerra da Etiópia (1895-1896) e na Guerra da Líbia (1911-1912) houve apenas coletas de dinheiro para a pátria em guerra, mas, na Primeira Guerra Mundial, a colaboração dos italianos residentes fora da Itália para o esforço de guerra foi substancial: além de dinheiro e apoio simbólico, o número de homens que retornou para a luta, incluindo muitos nascidos no exterior, foi substancial. O governo italiano convocou 1,2 milhão de reservistas que estavam no exterior, dos quais 300 mil responderam à chamada (Franzina, 2018, p. 11; Salvetti, 1987, p. 288). Outros 100 mil italianos e descendentes de italianos se voluntariaram ou foram recrutados para serviço nos Exércitos aliados, especialmente no dos Estados Unidos. Apenas 470 mil foram considerados desertores, anistiados em 1919 (Rochat, 2007, p. 124; Choate, 2023).

Já na Segunda Guerra da Etiópia (1935-1936), os italianos optaram por não aceitar estrangeiros em suas forças, para evidenciar o caráter italiano da guerra (Bertonha, 2014). Também não houve a convocação dos reservistas que viviam no exterior, pelo que o número dos retornados para o combate não se aproximou dos números da guerra anterior. Mesmo assim, as forças de invasão italianas puderam contar com cerca de 4 mil voluntários que vieram das Américas, da Europa e da bacia do Mediterrâneo, enquadrados em duas legiões de camisas negras, na Divisão Tevere da Milícia (Bertonha, 2018, 2021a).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os italianos do exterior também se incorporaram, em vários momentos, às Forças Armadas italianas. As informações disponíveis são fragmentárias,⁶ mas a revista fascista *Il Legionário* oferece alguns indícios. Segundo ela, ao menos 7 mil italianos residentes ou nascidos no exterior tinham sido recrutados e/ou se voluntariado para as Forças Armadas da Itália em 1942, tendo recebido três medalhas de ouro, cinco de prata, 15 de bronze e inúmeras cruces do valor militar. Destes, 30 estariam mortos, 10 mutilados e 50 feridos. Confirmar a exatidão desses números é impossível, mas os dados disponíveis na revista nos permitem reconstruir ao menos a tipologia básica desses novos voluntários.

Alguns deles eram simplesmente italianos que haviam nascido no exterior, mas que haviam vivido toda a sua vida na Itália e para os quais, portanto, o lugar de nascimento era um mero detalhe. Outros, ainda, eram nascidos em coletividades italianas na Europa e no norte da África, mas haviam voltado

à Itália anos antes para estudos ou para a carreira militar. Vários casos desse tipo são mencionados nas páginas da revista, de nascidos na França, na Suíça, na Romênia ou no Egito.

Um caso que poderíamos chamar de emblemático seria o do comandante Enzo Grossi, cujo submarino (o *Barbarigo*) teria afundado (o que se revelou falso) dois encouraçados americanos na costa brasileira em 1942, tendo sido, por isso, recebido pelo *Duce* e agraciado com a medalha de ouro. O *Barbarigo* também foi responsável pelo ataque ao mercante brasileiro “Comandante Lira”, o primeiro em águas territoriais brasileiras e cuja repercussão colaborou para levar o Brasil ao campo Aliado. Enzo Grossi, contudo, havia nascido justamente em São Paulo em 1908, mas retornado ainda criança à Itália, tendo participado das guerras da Etiópia e da Espanha. Um suposto herói italiano, mas, pelas leis brasileiras, ele era um cidadão brasileiro e, portanto, se capturado, poderia ser condenado à morte por traição.

A presença da ideologia fascista e a marca da propaganda fascista entre os emigrantes do exterior também estava presente. Em várias menções da revista aos italianos do exterior, citava-se a sua participação nos *fasci all'estero* ou em organizações como a *Gioventù Italiana del Littorio all'estero* (GILE). Os primeiros italianos do exterior mortos em combate foram justamente um homem nascido na Tunísia e que pertencia ao GILE local, Fabio Paulus, e um membro do fascio de Zurique, Ennio Avanzi, que morreu na frente russa. Só o fascio de Bruxelas perdeu ao menos quatro de seus membros em combate.

Especial impacto tiveram os *Gruppi Universitari Fascisti* (GUF). Eles foram importantes na exportação do fascismo para o exterior desde a sua criação, focando especialmente no intercâmbio com organizações de estudantes estrangeiros e em atividades culturais, esportivas e turísticas. Já os *Gruppi Universitari Fascisti all'estero* surgiram em 1932, por acordo com a *Segretaria Generale dei Fasci all'Estero* e o diretório do PNF, para promover a propaganda do fascismo entre os universitários no exterior e também entre os italianos fora da Itália. Ainda em 1942, existiam seções na Alemanha (Berlim, Munique, Viena e Innsbruck), na Suíça (Berna, Friburgo, Neuchatel, Chiasso, Lausanne, Lugano e Zurique) e em Paris, Bucareste e Budapeste.

Os membros ou ex-membros dos GUF forneceram uma boa parte dos italianos do exterior que morreram durante a Segunda Guerra. Há menções até mesmo a homens que vieram de lugares distantes, como Giorgio Montelli, do GUF de Shanghai. A maioria, contudo, veio do norte da África, especialmente da Tunísia. É o caso dos subtenentes Vittorio di Martino e Aldo Lamis, nascidos na Tunísia e inscritos no GUF de Túnis. A documentação citada na nota 6 também indica outros membros do GUF caídos em combate, de Alexandria (Egito) e da França.

De qualquer forma, fica evidente como a maioria dos voluntários veio da Europa ou do Oriente Médio: muitos voluntários e reservistas se apresentaram para o serviço imediatamente após a entrada da Itália na guerra e a ocupação alemã da França e da Bélgica permitiu ao Estado italiano exercer uma pressão direta sob os sujeitos ao serviço militar. Além disso, foram formadas unidades específicas de italianos residentes no exterior, especialmente nas áreas de ocupação italiana, como em Nice ou na Dalmácia (Fabei, 2008, p. 41) e, posteriormente, na *Legione Carmelo Borg Pisani*, a qual já mencionaremos. O lugar onde a Itália teve mais sucesso em recrutar os italianos locais para as suas forças foi a Tunísia, não por acaso sob a ocupação do Eixo a partir de 1942, onde eles foram utilizados essencialmente para completar os quadros das dizimadas divisões do Exército italiano (Bertonha, 2019). Do continente americano, dado o bloqueio naval britânico e a posterior entrada no campo Aliado de Brasil e Estados Unidos, vieram muito poucos.

Os italianos no exterior também se integraram ao projeto do *Raggruppamento Centri Militari*, já mencionado. No Centro A, italianos nascidos ou que haviam vivido no Oriente Médio deveriam servir junto aos árabes, enquanto o pessoal do Centro T era formado essencialmente por italianos

nascidos ou criados na Tunísia. O batalhão criado a partir do Centro T foi o único, aliás, dentre os Centros, a participar dos combates contra os anglo-americanos no norte da África.

Os italianos do exterior participaram, portanto, do esforço de guerra italiano entre 1940 e 1945, mas em uma escala menor do que no conflito de 1915-1918. Como já mencionado, as estimativas são precárias, mas, se excluirmos os recrutados na França e na Bélgica (sobre os quais não temos estimativas confiáveis), provavelmente não mais que 20 mil *italiani all'estero* (dos quais a metade da Tunísia) se incorporaram às Forças Armadas italianas durante a Segunda Guerra Mundial, uma mera fração das centenas de milhares de alemães étnicos (*Volksdeutsche*) que se uniram à *Wehrmacht* no mesmo período.

Isso pode ser explicado tanto pela maior assimilação a seus países da nova geração nascida fora da Itália (o que diminuía o número de potenciais voluntários), como pelas contingências geográficas: com a exceção da França e da Bélgica, as maiores reservas de potencial humano para as Forças Armadas italianas estavam no continente americano, as quais não podiam ser acessadas pelo posicionamento dos Estados americanos e pelo domínio naval dos Aliados.

Outro diferencial importante frente ao caso alemão é a instituição onde eles serviram. Muitos alemães étnicos se incorporaram ao Exército alemão, mas a maior parte deles fez parte da *Waffen-SS*, a qual incorporou, a partir de 1943, as unidades estrangeiras do Exército alemão e estimulou a criação de outras. Essa regra não era absoluta, pois as unidades de comandos *Brandenburg* e outras unidades da *Wehrmacht* também recrutaram descendentes de alemães ou estrangeiros e alguns *Volksdeutsche* podiam ser incorporados em unidades de elite. Mesmo assim, houve uma maior presença de estrangeiros e de alemães étnicos nas forças da SS do que no Exército regular, especialmente depois que a maior parte das unidades de estrangeiros passaram do último para a primeira.

No caso italiano, contudo, a maioria dos *italiani all'estero*, mesmo os de provada fé fascista (vindos dos *fasci all'estero* ou da GUF, por exemplo), foram para o Exército e não para a MVSN, e o mesmo ocorreu com os estrangeiros. Isso merece ser explorado com mais detalhe, até porque forma um contraste notável com a Segunda Guerra da Etiópia (1935-1936), quando a opção do regime foi colocar os voluntários do exterior justamente numa divisão de CCNN, a Tevere.

Italianos do exterior e estrangeiros entre as Forças Armadas italianas e a MVSN

Em 1940, quando a Itália entrou na guerra, a MVSN tinha um efetivo de aproximadamente 420 mil homens, normalmente voluntários entre 21 e 36 anos. No total, 194 batalhões, com 112 mil homens, mais 25 mil na artilharia marítima, 85 mil na milícia antiaérea, 26 mil em serviço na África Oriental Italiana e 200 mil nas milícias especiais (ROSSI, 2004, p. 31-32). Os batalhões da milícia exerciam tarefas de controle de território na Itália e participaram da guerra enquadrados nas divisões do Exército. Apenas a partir de 1941 foi feito um esforço para agrupar esses batalhões em unidades maiores para aumentar a sua efetividade em combate (os *Raggruppamento Battaglioni*) e criaram-se os batalhões de elite, os “M”, além de surgirem propostas de criação de uma divisão blindada de elite da MVSN, a *Divisione “M”* (Bertonha, 2021). De qualquer modo, suas perdas em combate foram substanciais e foi necessário um contínuo influxo de voluntários para que ela pudesse se manter apta para o combate.

O interessante a observar é que esse crescimento se deu, essencialmente, pela incorporação de italianos nascidos na Itália. O Exército, mesmo reticente a perder homens para a milícia, não parece ter sido capaz de impedir o voluntariado dos camisas negras, e a MVSN foi capaz, assim, de repor suas perdas, ao menos parcialmente. Os estrangeiros e os italianos étnicos estiveram presentes nas unidades da MVSN, mas em escala reduzida.

Em Nice, na França, por exemplo, alguns italianos locais se integraram a um batalhão de camisas negras, o *Nizza*, o qual colaborou na ocupação italiana da cidade e no combate aos maquis até ser transferido, por mau desempenho, para tarefas de presídio em Liubliana. Na Dalmácia, alguns italianos residentes na região de Zara e dálmatas de língua italiana fizeram parte de várias unidades militares e paramilitares, como a 9ª Banda, que lutou junto com o batalhão San Marco da Marinha em Sebenico. Os italianos de Zara eram fundamentais para as ações antiguerrilha (já que conheciam o terreno) e tão politicamente motivados que, em 1943, preferiram, em sua maioria, se unir aos alemães a se renderem. Depois, entraram em grande número na *Guardia Nazionale Repubblicana* (GNR) e, quando os alemães entregaram Zara ao Estado croata, optaram por ir para a Itália, onde criaram a companhia Dalmazia do Batalhão “M” Venezia Giulia (Fabei, 2008; Rossi, 2004, p. 61).

Já na Albânia, a MVSN criou, em 1939, duas legiões na qual podiam se inscrever albaneses inscritos no Partido Fascista Albanês e italianos residentes na Albânia. Essa milícia foi empregada na luta antiguerrilha e também na invasão da Grécia (Crociani; Battistelli, 2001, p. 165-179). Essas duas legiões da *Milizia Fascista Albanese* e, por algum tempo, a Legião Croata (que lutou junto com o *Gruppo Battaglioni* CC.NN. “Tagliamento” na Rússia) foram, na verdade, as únicas unidades de estrangeiros sob o comando da MVSN durante a guerra (Trani, 2010; Rosignoli, 1995, p. 93-95, Crociani; Battistelli, 2001, Fabei, 2014).

A MVSN também formou uma unidade na Tunísia, o 570º Batalhão CC.NN. Já em fevereiro de 1943, o comandante da MVSN, Enzo Galbiati, escrevia a Mussolini e informava que 2.015 voluntários ítalo-tunisinos já haviam se apresentado, dos quais 1.188 já haviam sido treinados e incorporados.⁷ Um número provavelmente exagerado, já que a documentação do Exército indica que o batalhão não passou de 500 homens e foi utilizado essencialmente como unidade de trabalho.⁸ Andrea Rossi (2004, p. 40-43) também menciona a existência de uma legião de camisas negras, denominada *Legione Africa Settentrionale*, na qual participaram algumas centenas de ítalo-tunisinos, mas as informações sobre ela são escassas. De qualquer modo, a Tunísia foi um relativo sucesso para a MVSN, pois ela recrutou entre 500 e mil italianos locais, além de incorporar a seu efetivo os sobreviventes das unidades formadas de italianos residentes na Líbia.

Por fim, ainda pensando nos italianos do exterior, a *Guardia Nazionale Repubblicana*, a sucessora da MVSN depois da queda de Mussolini, também formou uma unidade específica para abrigar os italianos do exterior: a *Legione GNR Carmelo Borg Pisani*. Na realidade, logo após a sua formação, em 1943, a *Repubblica Sociale* começou a recrutar voluntários para as suas Forças Armadas em campos de internamento tanto na Alemanha, como em outros países, como a França. Em certo momento, surgiu a ideia, por iniciativa da *Segreteria Generale dei Fasci all’Estero* da RSI, de agrupar os italianos do exterior em uma unidade especial da GNR. Um batalhão recebeu a denominação de *Legione Italiani all’Estero GNR Carmelo Borg Pisani*, em homenagem ao irredentista maltês executado por traição pelos ingleses, sendo ativado em setembro de 1943.

Em setembro de 1944, o batalhão Pisani incorporou os remanescentes do batalhão GNR *Nizza* (que eram, por sua vez, os herdeiros do batalhão de camisas negras em ação em Nice, na França, com presença de italianos locais) e projetou-se a sua ampliação, de forma a atingir o efetivo planejado de uma legião, totalizando quatro batalhões. Um seria formado com os oriundos da França e outro com os da Alemanha, sendo que outros homens viriam de outros países europeus (Viganò, 1991, p. 195). Esse projeto, contudo, não saiu do papel, e a Legião, com efetivo de batalhão, ficou em tarefas de guarnição em Imperia, na Ligúria, até janeiro de 1945, quando foi dissolvida.

No sistema italiano, portanto, apesar de muitos estrangeiros e italianos do exterior se incorporarem à MVSN, a maioria ficou em unidades do Exército. Mesmo assim, parece haver sinais de que havia um movimento, no sistema militar italiano na época da guerra, para diferenciar os italianos

que residiam ou tinham nascido no exterior dos cidadãos comuns. Não no caso, evidentemente, dos territórios coloniais italianos (Líbia, Dodecaneso, África Oriental Italiana), pois eram considerados parte do território nacional, ainda que com especificidades, mas sim naquelas áreas realmente fora da jurisdição e da soberania italianas.

No caso dos voluntários malteses do Centro G, por exemplo, houve alguns casos assim. Os italianos que haviam emigrado para Malta e retornado eram tratados como italianos comuns, assim como os filhos de naturalizados, que podiam exercer a opção pela cidadania italiana aos 21 anos. Outros malteses que queriam servir à Itália e que não tinham cidadania italiana o faziam geralmente na MVSN. Durante a guerra, uma dúzia deles foi enviada para a *Milizia di Artiglieria Maritima*, Milmart (Fabei, 2008, p. 270-310). O caso mais famoso foi o de Carmelo Borg Pisani, que manteve a cidadania britânica. Filiado ao PNF em 1940, voluntário na MVSN, primeiro na 112ª Legione, na Milmart e, por fim, no Batalhão San Marco até sua missão e fuzilamento em Malta. Já no caso da Tunísia, há sinais de que alguns italianos naturalizados franceses ou filhos de italianos com a cidadania francesa foram incorporados preferencialmente na MVSN para evitar problemas jurídicos (Bertonha, 2019).

Não há elementos suficientes para definir um padrão claro, mas parecia haver uma tendência de reunir os que não dispunham da cidadania italiana em unidades em que a MVSN pareça ter sido ao menos esboçada. Se ela tivesse continuado a se desenvolver, é possível lançar a hipótese que os descendentes de italianos que não tinham a cidadania italiana e os estrangeiros iriam acabar se incorporando preferencialmente a MVSN no futuro, seguindo o modelo alemão, especialmente se a milícia se impusesse ao Exército na luta pelo poder. Ter acesso a fontes de recrutas não sujeitos ao serviço militar no Exército (caso dos descendentes de alemães que não tinham cidadania ou de estrangeiros) foi a maneira que a *Waffen-SS* encontrou de ampliar seus quadros em detrimento dos militares. A MVSN nunca conseguiu chegar a isso por causa da sua fraqueza política e da subordinação do partido ao Estado dentro da estrutura de poder italiana. Num cenário hipotético em que ela vencesse a batalha pelo poder, contudo, a chance de isso acontecer é bastante razoável.

Nesse caso, a hipótese seria que o regime teria algumas divisões CC.NN. de elite, replicadas a partir do projeto da Divisão "M" (Bertonha, 2021), para a vigilância interna, especialmente sobre o Exército, e também como tropas de choque, de combate. A seguir, haveria divisões de segundo time, talvez formadas, ao menos em parte, por descendentes de italianos sem cidadania (e obrigação de serviço militar) ou italianos que viviam no exterior e por estrangeiros mais confiáveis como croatas ou albaneses. Auxiliares soviéticos, líbios ou tunisinos poderiam continuar nas tropas do Exército, como os *Hilfswilliger* da *Wehrmacht* alemã, ou se agrupar em divisões policiais, como as auxiliares da *Waffen-SS*.

Mesmo com os projetos da milícia tendo sido abortados e com os italianos do exterior e os estrangeiros ficando, ao final, nas unidades regulares, o tema é de interesse por indicar a relação direta que existia entre o equilíbrio político entre partido e Estado e entre os militares e os milicianos com a questão do recrutamento e do voluntariado. Isso pode ser evidenciado também por outros dois elementos adicionais. O primeiro é que o regime, como já indicado, modificou de forma expressiva a sua visão do problema entre 1935 e 1940. Na Segunda Guerra da Etiópia, os estrangeiros foram excluídos e os italianos residentes ou nascidos no exterior foram enviados para uma divisão da MVSN, a Tevere. Já na Segunda Guerra Mundial eles foram encaminhados centralmente para unidades do Exército, ainda que alguns casos isolados, mais problemáticos, tenham sido resolvidos pela incorporação na MVSN.

Isso indica o enfraquecimento político e a perda de prestígio da milícia, especialmente depois do seu desempenho ter sido, durante a Guerra da Espanha, pífio. Entre 1936 e 1940, os militares anularam as pretensões de autonomia política e militar dos milicianos e os enquadraram. Talvez seja por isso que eles não se opuseram à expansão numérica dos batalhões de CC.NN. a partir de 1940, já que

a grande maioria deles estava subordinado diretamente às divisões do Exército e não representavam um desafio político e militar. Apenas com a criação dos batalhões “M” e da Divisão “M” da MVSN que o desafio miliciano à supremacia militar se tornou real e militares e milicianos entraram, a partir desse momento, em choque direto (Bertonha, 2021b). A milícia, nesse caso, não tinha um *pool* expressivo de estrangeiros e italianos do exterior a convocar para reforçar suas fileiras e, mesmo se tivessem, isso teria sido obstaculizado pelo Exército, que absorveu o grosso dessa reserva de pessoal.

O segundo sinal pode ser observado quando seguimos a cronologia. Quando o equilíbrio entre o partido e o Estado e entre os milicianos e os militares caminhou na direção dos primeiros, a partir de 1943, a sucessora da MVSN, a GNR, imediatamente começou a organizar unidades como a *Legione GNR Carmelo Borg Pisani* e a absorver os remanescentes das unidades croatas ou de descendentes de italianos franceses e dalmatas, em detrimento do Exército republicano. Claro que não foi possível, pela simples falta de recursos e pela escassa disponibilidade de estrangeiros e italianos do exterior dispostos a se incorporar à GNR a partir de 1943, mas a tendência parecia ser a de seguir o modelo alemão. A luta política teve um impacto na formação das unidades de estrangeiros e de italianos étnicos na Segunda Guerra Mundial e, ao mesmo tempo, sem terem unidades desse tipo com que aumentarem seu poder militar, a MVSN perdeu uma potencial fonte de força política, o que indica as conexões entre ambos os elementos.

O caso italiano em contexto

Como já mencionado anteriormente, a mobilização de estrangeiros ou de cidadãos residentes no exterior (ou seus descendentes ali nascidos) para o combate não é uma novidade na história, e, na Segunda Guerra Mundial, não foi diferente. As Forças Armadas aliadas utilizaram forças coloniais (como os indianos no Exército britânico e os argelinos no francês), assim como mobilizaram os “colonos brancos” de suas colônias, como os canadenses, os australianos, os franco-argelinos e outros. Descendentes de ingleses ou franceses ou membros dessas nacionalidades residentes em outros países também retornaram para casa para cumprir seus deveres militares. Imigrantes também foram empregados nos Exércitos aliados (como os irlandeses no Exército britânico ou os mexicanos no americano) e os militares aliados apoiaram forças regulares ou legiões nacionais de países que haviam sido ocupados pelo Eixo, como a Polônia após 1939 e a Bélgica e França depois de 1940.

Minorias também foram utilizadas continuamente pelos Aliados, em um funcionamento permeado pelo racismo: as divisões formadas por afro-americanos eram lideradas por oficiais superiores brancos e o mesmo aconteceu no famoso 442º regimento, formado por nipo-americanos. Já nos Exércitos francês, americano e britânico, as tropas coloniais seguiam o mesmo modelo: argelinos, indianos, somalis, filipinos e outros povos lutavam sob o comando de oficiais brancos. Isso não se repetia, contudo, nas divisões canadenses, australianas ou de outros *dominions* brancos. Já os descendentes de alemães, italianos ou irlandeses que viviam nos Estados Unidos foram simplesmente dispersados entre as unidades do Exército e da Marinha daquele país, sem a formação de unidades étnicas, pois eles eram considerados simplesmente brancos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os países do Eixo também tiveram uma expressiva presença de estrangeiros nas suas fileiras. No caso do Japão, legiões nacionais foram integradas no Exército japonês, de forma a aproveitar o sentimento antiocidental de alguns povos dominados pelos europeus (como os mongóis e os indianos). Houve também a mobilização de Estados aliados, como a Tailândia e o Estado fantoche da Manchúria, que tinha um Exército próprio, a serviço dos japoneses, em um modelo colonial. Dentro dos territórios ocupados, forças de apoio voluntárias também foram criadas, como nas Filipinas, na Indonésia e na Birmânia. Na China ocupada, também foi criado um Exército

colaboracionista, numericamente expressivo, ainda que de pouco valor militar (Jowett, 2020; Villamor, 2015).

A única exceção a essa regra foram as centenas de milhares de coreanos que – de forma voluntária e, depois de 1944, compulsória – se uniram ao Exército japonês, sendo dispersados entre as suas unidades, sem formar legiões ou formações distintas. Nelas, eles eram tratados com um misto de aceitação e desconfiança, o que indica os limites da integração nacional e racial que o Exército japonês procurava realizar (Palmer, 2013). Já os descendentes de japoneses nascidos fora do território imperial também foram muito poucos, até pela distância que separava o Japão dos países além-mar com grandes concentrações de japoneses, como o Brasil, o Peru e os Estados Unidos, e a entrada desses países em guerra com o Japão.

Dessa forma, poucos homens parecem ter se incorporado às Forças Armadas japonesas por algum tipo de simpatia ideológica pelo modelo político japonês ou por se identificarem com o seu militarismo, com a exceção do caso já mencionado dos coreanos e de um apelo geral anticolonialista. A esmagadora maioria dos homens que lutaram pelo Japão era formada de tropas coloniais para uso interno, visando o controle do território; poucos foram de algum valor contra as tropas aliadas. Além disso, eles foram incorporados ou colocados sob o comando da Marinha e, especialmente, do Exército, em um modelo tradicional.

O caso alemão é muito mais complexo e dedicamos a ele um artigo específico (Bertonha, 2022). Os alemães, antes de mais nada, recorreram aos estrangeiros de forma muito mais expressiva do que os italianos. É difícil estabelecer um número exato, mas um cálculo conservador indicaria cerca de 2,2 milhões de homens não nascidos em território alemão lutando pela Alemanha durante a guerra, cerca de 12% do efetivo total da *Wehrmacht*. Na frente oriental, os estrangeiros chegaram a representar 20% do efetivo total alemão e, em certos setores dessa frente, ainda mais. Dentre eles, os alemães étnicos foram, no mínimo, 300 mil homens, entre voluntários e recrutas (Núñez Seixas, 2016, Müller, 2012). Números muito distantes da realidade dos italianos, os quais, como visto, mobilizaram um número muito inferior de homens.

A explicação para esse fato é tanto econômica como de ordem militar. Os alemães tinham a base industrial e econômica para armar e abastecer um número maior de homens e oferecer incentivos a eles para o alistamento. A Alemanha, além disso, era claramente a potência dominante do Eixo, pelo que quaisquer voluntários iriam preferir se aliar a Berlim do que a Roma. Além disso, as necessidades alemãs de tropas auxiliares e de forças de polícia eram muito maiores do que as italianas, especialmente pela existência da frente oriental, na qual a Itália participou apenas de forma incidental. Por fim, no caso dos alemães ou italianos étnicos, o fato de a Alemanha ter conquistado vários territórios no Leste Europeu povoados por *Volksdeutsche* abriu a ela uma reserva de pessoal que a Itália, cujas principais coletividades estavam nas Américas, não podia acessar.

As modalidades de aproveitamento de estrangeiros pelos alemães também foram muito mais diversas do que no caso italiano. Elas incluíam desde auxiliares que, de forma individual ou em pequenas unidades, davam apoio às tropas alemãs a um grande número de batalhões de polícia para o controle do território e para tarefas de guarnição. Os alemães também tiveram o apoio dos Exércitos dos seus aliados (como a Romênia, a Hungria e a própria Itália) e permitiram a formação de legiões nacionais – como as bálticas, a francesa, a espanhola, etc. – por parte de Estados que desejavam as boas graças da Alemanha ou por movimentos fascistas que ambicionavam comandar seus próprios países.

Na fronteira entre unidades criadas apenas para fins de propaganda (como o *British Free Corps*), unidades policiais e auxiliares e legiões nacionais, estariam as unidades formadas por indianos e árabes, nas quais confluíram prisioneiros de guerra, indianos e árabes residentes na Europa e refugiados do Iraque após a derrota do governo pró-Eixo daquele país em 1941. Elas atendiam aos interesses

geopolíticos alemães e podiam servir para operações especiais, de sabotagem e inteligência, no Oriente Médio. Ao final, quando esses planos se revelaram inviáveis, as tropas indianas e árabes acabaram por ser utilizadas como tropas auxiliares ou de segurança tanto no norte da África quanto na Grécia, na Itália e na França. Convém ressaltar como os alemães foram capazes de recrutar e armar um número bem mais expressivo de árabes e indianos do que os italianos, ainda que o eixo geopolítico alemão não estivesse no Mediterrâneo.

Por fim, pensando em termos de unidades de combate efetivas, resta mencionar os comandos *Brandenburg*, unidades especiais organizadas pela *Abwehr* para ações de inteligência, sabotagem e operações especiais no interior das linhas inimigas. Em sua maioria, reuniam alemães com conhecimento de línguas e culturas estrangeiras ou alemães étnicos romenos, iugoslavos ou dos Sudetos, mas também foram incorporados bálticos, caucasianos e outros povos.

Além dos maiores números envolvidos e da variabilidade maior de situações, a experiência alemã também é diferente das outras por causa da presença da *Waffen-SS*. Na Alemanha nazista, a competição entre o partido e o Estado foi particularmente intensa e isso se refletiu no aspecto marcial: a SS acabou por se converter em uma verdadeira força armada, em uma contínua competição com os militares por orçamento, *status* e pelo monopólio do uso legítimo da violência dentro do Estado. Nesse contexto, a *Waffen-SS* dedicou uma atenção especial aos alemães étnicos e aos estrangeiros, de maneira que ela pudesse ampliar sua força numérica sem depender exclusivamente dos cidadãos alemães, os quais eram recrutados pela *Wehrmacht*.

Através do estabelecimento de uma rígida pirâmide racial, a *Waffen-SS* foi capaz de manter a sua autoimagem de uma elite racial enquanto mantinha tropas de tipo colonial para a guerra no Leste Europeu. Ao mesmo tempo, uma grande parte dos seus soldados eram voluntários ideológicos, pessoas interessadas em defender os ideais nazistas, mesmo que em combinação com os seus interesses próprios. Mesmo com parte substancial de estrangeiros em suas fileiras, ela conseguiu defender tanto os objetivos geopolíticos do Estado alemão como os sonhos e perspectivas de remodelação racial do mundo do NSDAP. A *Waffen-SS* lutou, na Europa, uma guerra colonial, mas também uma de extermínio e readequação racial de todo um continente, o que faz da experiência alemã algo particular dentro da experiência geral do voluntariado estrangeiro durante a Segunda Guerra Mundial.

Considerações finais

Na Primeira Guerra Mundial, o esforço do Estado italiano em mobilizar estrangeiros e emigrantes em defesa da pátria teve resultados apreciáveis. Além dos 300 mil reservistas e voluntários que retornaram do exterior para combater nas fileiras do Exército, esse criou e sustentou diversas legiões nacionais a partir das minorias nacionais do grande inimigo da Itália nesse conflito, o Império Austro-Húngaro. Entre elas, estava a *Legione Trentina*, formada por falantes de italianos do Império que optaram por lutar pela Itália, e a romena. A mais importante foi a tchecoslovaca, que reuniu cerca de 10 mil homens e lutou, incorporada ao Exército italiano, nas fases finais da guerra contra o Império dos Habsburgo. Já na Segunda guerra da Etiópia, como visto, foi possível reunir 4 mil emigrantes que retornaram para combater nas fileiras da MVSN e uma legião de estrangeiros só não foi criada porque o regime fascista decidiu que não era politicamente conveniente.

Na Segunda Guerra Mundial, como já observado, os resultados foram muito menos destacados. Com a exceção das tropas coloniais e dos albaneses, o número de estrangeiros nas fileiras italianas foi diminuto, assim como o dos emigrantes retornados. E, ao contrário do que parecia um padrão a se formar durante a Guerra da Etiópia, a maioria se incorporou ao Exército e não às unidades da MVSN. Esse elemento reforça a tese de que o Exército italiano conseguiu superar a milícia fascista

na sua disputa pelo poder, o que reflete a vitória do Estado italiano sobre o PNF durante o regime de Mussolini. Apenas durante a *Repubblica Sociale Italiana* que a balança voltou novamente na direção do Partido e das forças milicianas e houve um maior esforço para seguir o modelo alemão, mas já era então tarde demais.

Com efeito, um dos maiores debates dentro da historiografia relacionada à Itália fascista é sobre o relacionamento entre o Estado italiano e o Partido Fascista. A versão mais corrente é aquela que indica como, apesar dos ímpetus totalitários do PNF, ele não foi capaz de dominar completamente o Estado italiano, ainda que o tenha influenciado, como seria óbvio (Corner, 2012). No decorrer de mais de 20 anos, houve um relacionamento ambíguo e simbiótico entre eles: Estado e partido procuraram defender suas prerrogativas, ao mesmo tempo em que tentavam ocupar as do outro. A tendência geral, contudo, foi a da criação de espaços de poder para o Partido (como a seção do *Ministero degli Affari Esteri* que lidava com os italianos do exterior e a MVSN), mas uma hegemonia geral do Estado e do próprio poder pessoal de Mussolini.

O fracasso italiano em mobilizar e incorporar às suas forças militares pessoal além dos seus próprios cidadãos e/ou súditos coloniais também indica como o sistema militar do regime estava mais perto de um padrão tradicional do que de um revolucionário, fascista. Apenas a Alemanha nazista criou um sistema que, sem romper completamente com a tradição, trouxe elementos suficientemente novos para indicar uma perspectiva diferente. A atuação da milícia fascista durante a guerra, especialmente brutal, e durante a Guerra Civil Italiana entre 1943 e 1945 é, obviamente, um diferencial frente à ação militar italiana durante a Guerra Mundial anterior. No entanto, a incapacidade da MVSN de mobilizar estrangeiros e os italianos do exterior para suas forças, como fez a *Waffen-SS*, indica como havia mais continuidades do que rupturas dentro do sistema militar italiano. Isso indica, ao menos nesse aspecto, como o fascismo era muito menos revolucionário, apesar das bravatas do regime, do que ele se pretendia, e que ele mais se inspirava nas tradições imperialistas e colonialistas europeias do que criava algo novo, ainda que o potencial revolucionário fascista nunca tivesse desaparecido por completo.

REFERÊNCIAS

- BECHERELLI, Antonio. *Italia e Stato Indipendente Croato (1941-1943)*. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2012.
- BERTONHA, João Fábio. 2014. La ‘legione straniera’ di Mussolini I volontari stranieri nella guerra d’Etiopia 1935-1936. *Italia Contemporanea*, n. 275, p 331-347, 2014.
- BERTONHA, João Fábio. *La Legione Parini*. Gli italiani all’estero e la Guerra d’Etiopia (1935-1936). Milano: Unicopli, 2018.
- BERTONHA, João Fábio. Emigranti nelle forze armate italiane. Il caso dei volontari tunisini nella Seconda guerra mondiale’. *Diacronie. Studi di Storia contemporanea*, n. 38, p. 1-15, 2019.
- BERTONHA, João Fábio. Italianidade ou o “ser italiano”. Narrativas e disputas políticas na história da Itália, da Europa e das Américas entre os séculos XIX e XX. In: LUCHESE, Terciane A; MALIKOSKI, Adriano. *Italianidades, polonidades e germanidades*. Caxias do Sul: Editora da UCS, p. 153-178, 2021^a.
- BERTONHA, João Fábio. La Divisione Corazzata “M”: un capitolo nei rapporti tra l’Esercito e la Milizia nello Stato fascista. *Diacronie. Studi di Storia contemporanea*, n. 48, p.1-15, 2021b.
- BERTONHA, João Fábio. *A Legião Parini: o regime fascista, os emigrantes italianos e a Guerra da Etiópia (1935-1936)*. Maringá: Eduem, 2021c.
- BERTONHA, João Fábio. Estrangeiros na Wehrmacht e na Waffen-SS durante a Segunda Guerra Mundial: um “modelo nazista” de voluntariado? *Esboços*, v. 29, n. 52, p. 731-753, 2022.
- CORNER, Paul. *Italia Fascista*. Política e opinione popolare sotto la dittatura. Roma Carocci, 2012.
- CHOATE, Mark. *Italianos no mundo: uma nação emigrante*. São Paulo: Contexto, 2023.

- CROCIANI, Piero; BATTISTELLI, Pier Paolo. *Gli albanesi nelle Forze Armate italiane (1939-1943)*. Roma: Stato Maggiore dell'Esercito - Ufficio Storico, 2001.
- FABEI, Stefano. *Il fascio, la svastica e la mezzaluna*. Milano: Mursia, 2002.
- FABEI, Stefano. *I cetnici nella Seconda Guerra Mondiale*. Dalla Resistenza alla collaborazione con l'Esercito italiano. Gorizia: Libreria Editrice Goriziana, 2006.
- FABEI, Stefano. 2007. Per Malta e per l'Italia. La guerra dei irridenti maltesi al fianco degli italiani. *Nuova Storia Contemporanea*, v. 10, n. 2, p. 57-82, 2007.
- FABEI, Stefano. *La "Legione Straniera" di Mussolini*. Milano: Mursia, 2008.
- FABEI, Stefano. "Tagliamento". La legione delle camicie nere in Russia (1941-1943). Vicenza: In edibus, 2014.
- FRANZINA, Emilio. *La Grande guerra degli emigranti e il caso del Brasile*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2018.
- GRASMEDER, Elizabeth M.F. Leaning on Legionnaires: why modern States recruit foreign soldiers.. *International Security*, v. 46, n. 1, p. 147-195, 2021.
- JOWETT, Philip. *Japan's Foreign Volunteers 1941 - 1945*. London: Osprey, 2020.
- KRUGER, Christine G.; LEVSEN, Sonja. Volunteers, war and the Nation since the French Revolution. In: *War volunteering in modern times. From the French Revolution to the Second World War*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 1-22, 2011.
- LABANCA, Nicola. *Oltremare*. Storia dell'espansione coloniale italiana. Bologna: Il Mulino, 2002.
- MÜLLER, Rolf-Dieter. *The Unknown Eastern Front: the Wehrmacht and Hitler's Foreign Soldiers*. New York: I.B. Taurus, 2012.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel. A "Cruzada europea contra o bolchevismo": mito e realidade. In: *Fascismo, guerra e memória. Olhares ibéricos e europeus*, Porto Alegre, Santiago de Compostela: Edipucs, Universidade de Santiago de Compostela, p. 125-162, 2016.
- PALMER, Brandon. *Fighting for the Enemy: Koreans in Japan's War, 1937-1945*. Seattle: University of Washington Press, 2013.
- QUIRICO, Domenico. *Lo squadrone bianco*. Storia delle truppe coloniali italiane. Milano: Mondadori, 2002.
- RAINERO, Romain. *I reparti arabi e indiani dell'Esercito italiano nella Seconda Guerra Mondiale ("Le Freccie Rosse")*. Roma: Stato Maggiore dell'Esercito - Ufficio Storico, 2007.
- ROCHAT, Giorgio. I volontari di Mussolini. In: LABANCA, Nicola. *Fare il Soldato*. Storie del reclutamento militare in Italia, 123-140. Milano: Edizioni Unicopli, p. 123-140, 2007.
- ROSIGNOLI, Guido. *MVSN - Storia, organizzazione, uniformi e distintivi*. Parma: Ermanno Albertelli Editore, 1995.
- ROSSI, Andrea. *Le guerre delle camicie nere*. La Milizia fascista dalla guerra mondiale alla guerra civile. Pisa: Biblioteca Franco Serantini, 2004.
- SALIMBENI, Lorenzo. Il collaborazionismo cetnico in Dalmazia. *Quaderni del Centro di Ricerche Storiche di Rovigno*, n. 20, p. 125-162, 2009.
- SALVETTI, Patrizia. 1987. Il movimentom migratorio italiano durante la Prima Guerra Mondiale. *Studi Emigrazione*, n. 87, p. 282-294, 1987.
- TRANI, Silvia. La storia dell'Unione italo-albanese. Un'indagine sulle principali risorse documentarie conservate in Italia. In: BRAZZO, Laura; SARFATTI, Michele. *Gli ebrei in Albania sotto il fascismo: una storia da ricostruire*. Firenze: Giuntina, p. 65-92, 2010.
- VENTO, Andrea. *In silenzio gioite e soffrite*. Storia dei servizi segreti italiani dal Risorgimento alla Guerra Fredda. Milano: Il Saggiatore, 2010.
- VILLAMOR, Rubén. *Los ejércitos del Dragón: voluntarios extranjeros en el Ejército japonés (1931-1945)*. Zaragoza: Ediciones HRM, 2015.
- YEOMANS, Rory. Croatia. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 158-189, 2018.

Notas

¹ Ufficio Storico-Stato Maggiore dell'Esercito (USSME), Fondo L3, b. 199, f. “Legione Croata, 1941=1943”; b. 298, f. “Circ. Legione Croata”.

² USSME, Fondo, N1/11, b. 780, f. Raggruppamento Centri Militari, relatório do tenente coronel Massimo Invrea ao SMRE, 12/11/1942. Na mesma pasta, está disponível o diário da unidade, indicando um efetivo máximo de 328 homens em novembro de 1942.

³ USMEE, Fondo I4, b. 46, f. Impiego formazioni arabi in Tunisia dal 25 dic. 1942 all'aprile 1943 e b. 49, f. Battaglione volontari tunisini, diversos documentos.

⁴ USMEE, Fondo I4, b. 46, f. Sabotatori arditi. Volontari francesi dal 2. dic. 1942 al 6 maggio 1943, promemoria do Servizio Informazioni Militari (SIM) ao Comando Supremo, 17/11/1942.

⁵ USMEE, fondo I4, b. 46, f. “Sabotatori arditi. Volontari francesi dal 2. Dic. 1942 al 6 maggio 1943” e f. “Impiego formazioni arabi in Tunisia dal 25 dic. 1942 all'aprile 1943”.

⁶ Para as informações constantes nos parágrafos a seguir, ver detalhes e as fontes em Bertonha (2018, p. 277-284; 2021c, p. 272-279).

⁷ USMEE, Fondo I4, b.53, f. Arruolamento tunisini nella MVSN (23 febb. – 18 aprile 1943), nota de Enzo Galbiati a Mussolini, 11/2/1943.

⁸ USMEE, Fondo I4, b. 51, f. Chiamata alle armi di volontari tunisini (4 febb. – 22 giugno 1943), promemoria per il generale addetto (Comando Supremo), 23/12/1942.

Submetido em: 23/02/2022
Aceito em: 10/07/2023